



Isabela Catarina de Souza,
Universidade de Brasília ~
isabelacachinhos@gmail.com

Lais Barros Gonçalves,
Universidade de Brasília ~
lais2706@gmail.com

Renan Paixão Barbosa,
Universidade de Brasília ~
worldrenan@yahoo.com.br

Goiânia: do planejado ao real

Cidades e territórios metropolitanos

Resumo

O presente artigo aborda o processo de constituição da cidade de Goiânia, examinando os motivos de sua construção, bem como o planejamento e a concretização da atual capital de Goiás, que foi implementada na década de 1930 a fim de suprir as demandas não atendidas pela antiga capital, Vila Boa de Goiás. O objetivo é analisar a produção espaço-temporal do meio urbano goianiense, enfatizando seus impactos para a articulação regional e, sobretudo, a diferença entre o idealizado e o concebido, assim como as ações que culminaram na alteração do projeto inicial.

Introdução

Na década de 1930, o Brasil passava por um processo de interiorização. Nesse período, os interesses estavam voltados para a ocupação de terras, especialmente, das regiões Norte e Centro-Oeste. Com a chamada “Marcha para o Oeste”, Goiás atingiu franca expansão econômica e, para que houvesse a integração estadual, foi necessária a criação de uma nova capital, Goiânia, localizada em um ponto especial e com aspectos infra-estruturais que atendessem às novas demandas existentes.

O presente trabalho busca subsídios para a compreensão da alteração do papel das cidades planejadas, ao longo do tempo, tendo em vista a evolução de suas formas e

funcionalidades. Com isso, se buscará responder como se deu o processo de produção da cidade de Goiânia, a partir da transferência da capital do Estado de Goiás.

A proposta é examinar os motivos da transferência da capital goiana de Vila Boa de Goiás para Goiânia, analisar as ações empreendidas nesse sentido, bem como os desdobramentos de tais ações, os quais se deram em meio intra e interurbano. Dessa forma, o objetivo é averiguar as transformações do meio urbano, além de examinar a produção espaço-temporal da nova sede administrativa do Estado: Goiânia.

O trabalho é realizado a partir de um levantamento bibliográfico que trata dos antecedentes e dos resultados da implementação da nova capital de Goiás. Além disso, são feitas comparações entre distintos períodos da expansão de Goiânia, o que permite analisar as mudanças das formas e funções da cidade ao longo do tempo.

Para tanto, inicialmente é apresentado um exame teórico sobre o processo de produção do meio urbano, com enfoque na análise de cidades planejadas, como é o caso de Goiânia. Em seguida, é realizado um levantamento histórico da construção da nova capital de Goiás. Posteriormente, são apresentadas as características físicas da área, as diferenças entre a cidade idealizada e a concretizada, para finalmente ser feita uma análise referente ao processo de urbanização goianiense.

1. Algumas reflexões acerca da produção do meio urbano

A análise da cidade, a qual é produzida ao longo de sua trajetória, deve ser feita em relação ao espaço e ao tempo. A cidade muda de acordo com uma multiplicidade de fenômenos, como guerras e catástrofes naturais, mas também, segundo transformações de ordem política, econômica e social. Assim, a forma da cidade está associada a determinado período dela, ou melhor, está ligada à funcionalidade por ela exercida em dado momento. O estudo da morfologia, então, passa a priorizar a função da cidade, que pode ser comercial, industrial, administrativa ou cultural.

Em âmbito intra-urbano, as formas da cidade também variam, o que decorre da divisão territorial do trabalho. O meio urbano é constantemente construído, desfeito e reconstruído, sendo formado a partir de um processo contínuo. Ele exprime as contradições inerentes às relações sociais de produção e, portanto, materializa paisagens ligadas à realidade histórica. Essas contradições são condicionadas pelo sistema capitalista que, segundo Oliveira (2005), “institui valores a serem perseguidos diferentemente pelos grupos sociais no processo de produção, de acordo com os recursos que dispõem e mobilizam, a fim de satisfazerem suas necessidades de *re*-produção material (de coisas e da própria vida) e intelectual. Como a produção é o elemento incondicional para a produção da vida humana, a sua dinâmica vai apresentando historicamente as formações sociais refletidas na cidade (forma e conteúdo).”

Nesse sentido, Villaça (1998) revela que a compreensão da segregação é fundamental para o exame da estrutura espacial intra-urbana. Por segregação, o autor entende o processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em

diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da cidade. O mais conhecido padrão de segregação urbana é o centro (com elevada oferta de serviços públicos e privados e ocupado pelas classes média e alta) versus periferia (sub-equipada, longínqua e ocupada pelos excluídos). Portanto, a segregação existente em meio urbano é tanto social quanto espacial.

Teixeira e Ferreira (2006) afirmam que “a espacialização só confirma as diferenciações sociais existentes que se tornam espaciais, sem deixar de ser sociais. O padrão de ocupação do território alimenta essas diferenças e vai além delas: leva à segregação sócio-espacial e à periferização. Periferização e segregação são fatores a mais de exclusão...”. Conforme esses autores, os territórios de exclusão e opressão “... se formam no bojo do processo de urbanização excludente que tem por base as desigualdades sociais e econômicas especialmente num contexto de forte concentração de renda e de poder.”

Uma vez que as classes alta e média almejam viver em condições mais confortáveis e com menores riscos, restam às classes menos favorecidas a ocupação de lugares ambientalmente vulneráveis.

Vulnerabilidade é definida, segundo Moser (1998), “primeiramente por 3 elementos, exposição ao risco; incapacidade de reação; e dificuldade de adaptação diante da materialização do risco”. Partindo disso, podemos perceber que, sobre o aspecto social, uma força contrária à vulnerabilidade seria a capacidade da população em dito lugar de risco encarar as adversidades criadas, tendo condições de promoverem transformações sociais positivas, e esse índice de vulnerabilidade serviria de subsídio para a criação de políticas públicas de auxílio. “Neste sentido, a noção de vulnerabilidade social, ao considerar a insegurança e a exposição a riscos e perturbações provocadas por eventos ou mudanças econômicas, daria uma visão mais ampla sobre as condições de vida dos grupos sociais mais pobres e, ao mesmo tempo, consideraria a disponibilidade de recursos e estratégias das próprias famílias para enfrentarem os impactos que as afetam.” (CEPAL, 2002; KAZTMAN et al., 1999 *apud* Alves, 2005).

Segundo Alves (2005), vulnerabilidade sócio-ambiental pode ser definida como “... uma categoria analítica que pode expressar os fenômenos de interação e cumulatividade entre situações de risco e degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental) e situações de pobreza e privação social (vulnerabilidade social), apesar das limitações empíricas para operacionalização destas categorias analíticas...”

De modo a cruzar tais categorias, é proposta a obtenção de dados para uma análise sócio-ambiental que se classifica em baixa vulnerabilidade ambiental (categoria 1 – baixo risco e baixa degradação ambiental), média vulnerabilidade ambiental (categoria 2 – alto risco e baixa degradação ambiental), média vulnerabilidade ambiental (categoria 3 – baixo risco e alta degradação ambiental) e alta vulnerabilidade ambiental (categoria 4 – alto risco e alta degradação ambiental).

No que tange à análise das áreas estudadas por Alves (2005) quanto à vulnerabilidade, pode-se notar que as mais carentes ficam com os piores indicadores. Então, colocando isso, podemos observar que os excluídos correm mais riscos e estão mais suscetíveis a serem

envolvidos nos processos de degradação socioambiental. Enquanto isso, o controle das áreas centrais fica a cargo dos agentes hegemônicos do mercado imobiliário.

O exame das diversas cidades permite constatar que a segregação sócio-espacial não é exclusividade daquelas de crescimento espontâneo. Tal característica também está presente em cidades planejadas. Em alguns casos, é o próprio planejamento a origem da segregação em meio urbano. De acordo com Bernardes (1998), “O processo de exclusão, ou de segregação espacial a que são submetidas parcelas de moradores de uma cidade, está relacionado ao contexto sócio-econômico e histórico da sociedade. Nesse sentido, as cidades planejadas se equiparam às de crescimento espontâneo, instituindo uma espécie de universalização de problemas urbanos.” O autor, ao resgatar a idéia de formação da cidade por meio de um processo, ainda afirma que “o argumento de que toda e qualquer cidade, independente do ‘concebido’ e do ‘vivido’ (Lefebvre: 1983), só existe de fato como processo e não como estabelecimento, que se instala em caráter definitivo, processo entendido como possibilidades de permanentes transformações nos conteúdos e imagens urbanas, é procedente para explicar os novos rumos assumidos pela cidade planejada. Estamos nos referindo às contradições inerentes ao plano da cidade, geradas, já na sua elaboração.” (BERNARDES, 1998).

A estrutura segregacionista revela a contradição existente entre os vários setores de uma cidade. Os interesses divergentes dos grupos sociais que habitam o meio urbano fazem com que o conflito esteja presente em sua realidade. Contudo essa dinâmica é disfarçada por mecanismos ideológicos que tentam passar a imagem de uma cidade harmônica.

No processo de formação das cidades são disseminadas ideologias de dominação produzidas pelos agentes hegemônicos. “O que se observa é um planejamento urbano com um discurso ideológico de racionalismo e qualidade ambiental, porém, o que se vê é a implantação de processos espaciais excludentes e de uma prática totalmente agressiva e abusiva de transformação da natureza.” (CIDADE, 2005).

De tal maneira, o processo de produção da cidade faz com que ela assuma diferentes formas e funções ao longo do tempo. O meio urbano expressa as contradições presentes na sociedade e isso pode ser observado na estrutura segregacionista da cidade. Segregação essa que por vezes é mascarada por mecanismos ideológicos. Essas constatações podem ser feitas a partir do exame de um caso concreto como o da nova capital de Goiás.

2. A criação de Goiânia

No século XX, surgiu a necessidade de se incorporar novas terras à estrutura produtiva do Brasil, com a marcha do café em São Paulo e Minas Gerais. Goiás respondeu a essa problemática nacional por possuir uma vasta extensão territorial com grande potencial econômico. Bastava, portanto, que fossem criadas as condições indispensáveis de infraestrutura. Logo nos primeiros anos do século XX os trilhos da estrada de ferro provocaram mudanças na economia regional induzindo um aumento na produção agropecuária e conseqüente expansão do comércio no Estado. Contudo, essa riqueza foi gerada,

principalmente, na parte sul de Goiás, onde se localizavam as principais cidades, tornando, assim, o processo de desenvolvimento do Estado bastante heterogêneo.

A sede administrativa do território goiano, Vila Boa de Goiás, pela localização geográfica, não atendia às demais localidades com presteza, dada a fragilidade da comunicação disponível à época. As estradas não se adequavam à expectativa gerada por veículos automotores; a interligação com o Centro Sul e a distribuição dentro do Estado era inadequada, tornando necessária uma postura política no sentido da promoção de investimentos para atender às cidades existentes.

Dessa forma, pensou-se na mudança da capital, o que correspondia aos ideais políticos do então interventor federal, Pedro Ludovico, que estava intimamente ligado ao presidente Getúlio Vargas, e convenientemente ao projeto intitulado de Marcha para o Oeste, o qual fazia parte das ações advindas da Revolução de 30.

A idéia era povoar, integrar o Oeste ao restante do país, principalmente se esse restante fosse o desenvolvido Sudeste brasileiro. Não somente integrar, mas desenvolver as potencialidades dessa área, por muito tempo esquecida, foi um dos propósitos mais significativos da Revolução de 30. Ludovico empenhou-se nessa tarefa não apenas por estar em convergência com Vargas, mas para firmar-se como aquele que significava o novo, o progresso e precursor do desenvolvimento nessas terras.

Assim, começou-se a discutir uma série de questões favoráveis à construção de uma nova capital para Goiás. A idéia a favor da mudança foi negar à cidade de Vila Boa de Goiás as condições de continuar sendo a capital e a base da crítica foi dada pelo que se chamou de argumento sanitário. Alguns itens desfavoráveis à permanência de Vila Boa como capital foram o sítio, o clima, o abastecimento de água, a rede de esgotos e habitações.

Dessa forma, dentro de parâmetros urbanísticos de referência utilizados à época, não se justificava investimento maciço a ser implantado na capital antiga ao custo muito superior do que iniciar um novo processo de ocupação urbana. O aspecto de salubridade, elemento importante no apelo à mudança, favoreceu o argumento de que a localização da antiga capital tinha grandes obstáculos a serem superados para atender satisfatoriamente à população residente no núcleo urbano.

Ao mesmo tempo, a construção da nova capital, em 1933, significou um primeiro passo para a transformação da economia e da política goiana. Essa construção promoveu a abertura de novas estradas, fazendo da cidade centro de ligação intra e interestadual e também ajudou a população goiana a recuperar sua auto-estima, pois na época contraiu-se um sentimento de inferioridade, com a decadência do período da mineração, que significava grandeza econômica. A construção de Goiânia, segundo Palacin e Moraes (1991), constituiu uma motivação para a “psicologia social”, isto é, a construção da nova capital inseriu o ideal de perspectivas futuras para o desenvolvimento econômico e social.

Ao contrário do que se poderia esperar, entretanto, a moderna e planejada capital pouco se diferenciava da antiga Vila Boa, no tocante à falta de esgotos sanitários e à deficiência de abastecimento de água. Em 1942, Goiânia não contava ainda com as devidas condições para

receber tanto a população advinda da antiga capital, quanto para abrigar os imigrantes que para lá se dirigiram na intenção de conseguirem empregos na construção e em busca de uma vida melhor.

Nesse contexto, a construção da nova capital do Estado de Goiás apresenta-se como sendo o centro das nossas discussões, no sentido de interpretar como no ato de construção das cidades existe subjetivamente a necessidade de criação de imagens, que comprovem e legitimem uma nova ordem política, que naquele momento tentava se afirmar, se impor sobre a antiga ordem. Segundo Cidade (2005), “as ações governamentais tendem a obscurecer aspectos contraditórios de políticas públicas. Empregando um discurso racionalista baseado no bem comum, o discurso governamental não condiz com os reais processos de produção do espaço.” E isso se mostrou claramente com a construção da cidade de Goiânia.

3. Goiânia, uma nova capital para a modernização do espaço regional

Goiânia foi uma cidade construída sob uma nova ideologia: ser uma capital para a modernização. A partir dessa perspectiva de inovação, deveria ser escolhido um lugar que atendesse diversos detalhes: possuir mananciais, ter uma localização adequada, uma boa rede de comunicações, dentre outros aspectos. Barreira e Deus (2006) afirmam que a área adequada seria “... aquela que se sobressaísse nas condições geográficas, topográficas, hidrológicas e climáticas, que pudessem atender com excelência a nova cidade.” Assim, essas características propiciariam uma melhor qualidade de vida para os moradores da nova capital.

O processo de legitimação da cidade se deu mediante o auxílio do Estado, o que foi preponderante para o fortalecimento econômico da cidade e o cumprimento do propósito da “Marcha para o Oeste”. Os recursos necessários para a realização das obras foram puramente governamentais, pois a idéia inicial levava a crer que Goiânia seria apenas um centro político do Estado, com funções administrativas. Com isso, a cidade seria um pólo de integração regional e centro de comunicação com o sul do país. De acordo com Moysés (2004): “Goiânia foi viabilizada no momento em que o país desempenhava um grande esforço de interiorização de um processo de ocupação econômica em moldes mais modernos.”

Colocadas as condições básicas para o surgimento de uma nova capital em busca da modernização do centro do país, foi relevante a questão econômica. A população do Estado, em 1920, era 80% rural. Nessa década, Goiás era um dos maiores produtores agrícolas nacionais, sendo o quarto maior produtor nacional de arroz.

Escolhido o lugar para a cidade, que segundo o planejamento era o ideal, inicialmente, previu-se uma população de 50.000 habitantes. Limitada ao norte pelos municípios de Goianira, Nerópolis e Goianópolis; ao sul, por Aparecida de Goiânia; a leste, por Bela Vista de Goiás; e a oeste, por Goianira e Trindade, Goiânia está situada em uma área cortada pelas coordenadas 16° 40' de latitude Sul, e 49° 15' de longitude Oeste e a 749 m de altitude.

Sua geomorfologia está inserida dentro do complexo goiano, sendo uma área de pediplanos, caracterizada por ter suaves ondulações e relevo pouco movimentado, um aspecto

propício para a proposta de implementação da nova capital. Pode-se identificar cinco unidades morfológicas, segundo a classificação de Cassetti (2002), são elas: o planalto dissecado de Goiânia, terraço e planície da bacia do rio meia ponta, Chapadões de Goiânia, planalto embutido de Goiânia e fundo de vale.

O território de Goiânia está inserido na área da Bacia do rio da Prata, mais especificamente, na microbacia formada pelo rio meia ponta, o qual tem como afluente o rio Paraíba, bem como diversos cursos d'água de menor volume, tais como os córregos Anicuns, Botafogo, Capim-Puba, Cascavel e Macambira, havendo uma densidade de água favorável.

O tipo climático é o tropical úmido com temperatura anual média de 23° C. A estação chuvosa prolonga-se de outubro a abril, ao passo que o período seco vai de maio a setembro. As temperaturas mais baixas são normalmente registradas entre maio e agosto. A primavera é regularmente a estação mais quente do ano, comprovando um clima ameno favorável à construção da nova capital.

A vegetação goianiense caracteriza-se pela presença do cerrado. As matas são pouco desenvolvidas e o terreno bastante cobijado devido à fertilidade do solo que é, portanto, propício à agricultura, atividade econômica muito praticada na região.

Sobre o aspecto social, inicialmente, a população vivia de modo rústico, situando-se em lugares isolados, sem recursos financeiros e sem um intercâmbio cultural e educacional com o restante do país. Assim, a idéia da criação de uma nova capital se confirmava, pois a necessidade da criação de uma nova fase para o centro do país era algo notório. Segundo Borges (2000): “A transferência da Capital para as proximidades do centro mais dinâmico da economia regional atendia aos interesses das novas forças econômicas e políticas emergentes...”

4. Formação da cidade de Goiânia

Os investimentos na construção da cidade foram tantos que a expansão das atividades econômicas extrapolou o município e trouxe fortalecimento para a região. Dessa forma, a nova cidade se constituiu como elemento formador de si e da própria região, ganhando força também no cenário nacional.

O Estado exerceu um papel preponderante na formação original do espaço urbano goianiense. A intervenção estatal foi fundamental para se cumprir com os propósitos instituídos na política da “Marcha para o Oeste”. Nesse contexto, a arquitetura buscava um projeto que abarcasse a modernidade e a funcionalidade que os prédios públicos necessitavam, assim sendo realizados projetos inovadores característicos de escolas como Art Decò, Eclética, Moderna e Modernista.

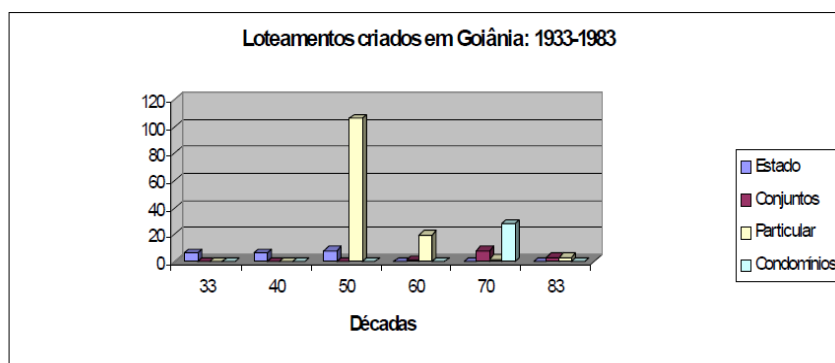
A partir dessa idéia, buscava-se transmitir a imagem de uma cidade nova. Segundo Oliveira (2005) “... foi exigido que as casas tivessem afastamentos dentro do seu terreno, e afastamento frontal, sem muros altos, prestigiando a formação de jardins em frente das casas. O aspecto urbanístico foi importante para criar nos visitantes uma imagem de modernidade, que se

propagou rapidamente. A organização de cidade valorizou elementos arquitetônicos e proporcionou conceitos diferentes com grandes espaços públicos e avenidas largas.”

Pastore (1984) afirma que, a formação do espaço urbano de Goiânia constituiu-se em três fases. A primeira foi a construção da cidade. Nessa etapa houve forte controle estatal e um monopólio da distribuição de terras com o objetivo de manter o plano piloto da cidade abrigando apenas a população prevista, os funcionários públicos.

A segunda etapa se estendeu até 1968 e foi marcada pela venda de lotes populares, os quais ficavam em áreas de alta vulnerabilidade socioambiental. Assim, Surgiram conjuntos habitacionais e modos mais precários de vida. Pastore (1984) também ressaltou que “...esse período se caracterizou pela privatização do parcelamento do solo em Goiânia a partir de uma composição sócio-política, em que se reuniram agentes sociais proprietários de terras e do capital imobiliário.” Durante essa etapa, o fluxo migratório para a região de Goiânia aumentou consideravelmente devido à implantação da nova capital federal e a construção da estrada Belém-Brasília, havendo uma forte expansão urbana.

A terceira fase iniciou em 1970 e foi caracterizada pelo considerável crescimento da construção civil, a criação de condomínios e a implementação da COHAB (Companhia Habitacional). Essas ações contribuíram com o crescimento e fortalecimento do capital privado dentro do município. Este gráfico apresenta a forte influência do capital privado como formador do espaço urbano de Goiânia.



Fonte: Pastore, 1984. P. 94-108.

Nos anos 80, a população total do município atingiu 717.526 habitantes, estando 703.682 na área urbana e 13.844 na área rural. Esses números revelam o forte caráter urbano assumido pelo município, com 98% dos habitantes residindo na cidade. Em 1990, a população alcançou o número de 998.472 habitantes, com 987.849 na área urbana (98,92%) e 10.613 na área rural (1,08%).

O exame dos processos de surgimento e crescimento de Goiânia permite constatar que a cidade foi fortemente controlada pelo poder estatal. Com o passar do tempo, o Estado foi cedendo a pressões de certos atores, fazendo com que o planejado se tornasse uma utopia.

Nota-se que a criação da nova cidade trouxe ganhos e crescimento notáveis à economia do Estado, pois Goiânia surgiu como um centro de relações comerciais, integrando uma rede de cidades no país. (CORRÊA, 1997).

Sabe-se que muitas cidades nascem apresentando íntima relação com o capital e no caso das cidades administrativas, com função de governo, como as capitais, essa relação pode se dá ainda em maior grau, especialmente quando são planejadas, como é o caso de Goiânia, uma cidade que se voltou para o capital.

A modernidade que permeou toda a construção da cidade já remeteu a uma relação com a racionalização do capital, fazendo com que houvesse uma preocupação maior com a edificação, com o novo e o belo, deixando a cidade um lugar propício para a especulação imobiliária, mudando o eixo primordial da cidade de função de governo para centro de relações comerciais.

No início da cidade foram dados lotes para os funcionários públicos, que podiam ter casas e quintais como pensados inicialmente: grandes, arejados e com muitas árvores. Posteriormente, com o desenvolvimento da cidade, empresas imobiliárias começaram a comprar lotes que agora já não eram mais doados pelo Estado e iniciaram a construção de prédios para atender ao crescimento populacional, que começava a inchar a cidade, e para lucrar com o capital imobiliário, o qual marcou o processo de produção da cidade

O governo não mediu esforços para que o moderno fosse marca registrada da nova capital em contraposição à estrutura colonial que a antiga capital, Vila Boa de Goiás, tinha. O desenvolvimento regional, desde o início, foi suscitado. O urbano representava o novo e o entorno da cidade ainda era o “sertão”. (BARREIRA e DEUS, 2006).

5. Ocupação não planejada

A concretização da cidade de Goiânia, ao contrário do que foi planejado, não promoveu a conservação ambiental. Houve a diminuição da extensão das áreas verdes que haviam sido projetadas e várias vias não chegaram a ser arborizadas. Até mesmo áreas de nascentes de cursos fluviais foram ocupadas por edificações que poderiam ter sido instaladas em outros lugares. Isso demonstra a falta de preocupação em preservar algo tão importante à qualidade de vida humana como a natureza, da qual o homem faz parte.

A nova capital deveria abrigar 50.000 mil habitantes e, no momento em que houvesse população excedente, seriam criadas Cidades Satélites, as quais ficariam fora do cinturão verde, constituído nos vales dos córregos Botafogo e Buritis. No entanto, após a cidade passar do controle estadual para o municipal, em 1947, emergiram pressões de proprietários agrícolas para que fosse autorizado o parcelamento de lotes. O resultado foi a aprovação de cento e trinta loteamentos, o que descaracterizou a proposta do planejamento de Goiânia.

Dessa forma, áreas originalmente destinadas ao plantio foram ocupadas por edifícios, em um processo que obteve amparo legal. Como exemplo disso, Barreira e Deus (2006) citam o caso do córrego Buritis que “sofreu intervenções: primeiro a construção de um abrigo para idosos

junto à passagem na Avenida Assis Chateaubriand no Setor Oeste, que depois foi demolido para construir o Tribunal de Justiça e o Fórum da cidade, com redução significativa do Parque dos Buritis.” Além disso, esse parque, que inicialmente tinha quarenta hectares, cedeu áreas aos colégios Ateneu Dom Bosco e São José, tendo sido reduzido a apenas doze hectares. Outras áreas do referido córrego também foram ocupadas, o que provocou a destruição de boa parte da mata ciliar.

Aos poucos, as áreas livres da cidade, que serviam para o convívio social, sofreram diminuição em virtude de uma série de ocupações indevidas. Assim, áreas de lazer foram substituídas por empreendimentos comerciais, os quais poderiam ter sido construídos em outro lugar. Com isso, é possível constatar a sobreposição de interesses econômicos ao papel da cidade de proporcionar diversão aos seus moradores. Enquanto os empresários adquiriram a vantagem de usufruir particularmente de localidades privilegiadas da cidade, a população perdeu áreas livres. É inegável a função do meio urbano de produzir e fazer circular mercadorias, atividades de suma importância, pois são capazes de gerar emprego. Contudo o desenvolvimento dessas atividades não precisa ocorrer em detrimento ao lazer dos habitantes da cidade. Essa situação retrata a falta de determinação política das autoridades de fazer valer o plano urbanístico de Goiânia, uma vez que diante da pressão de certos grupos a estrutura da cidade adquiriu outras características.

Segundo Bernardes (2002), essa alteração da dinâmica de estruturação de Goiânia foi viabilizada pelo governo estadual com o intuito de favorecer o crescimento econômico de Goiás. Dessa forma, a produção, que era predominantemente de subsistência, passou a ser feita majoritariamente de acordo com a lógica capitalista. A fim de impulsionar o mercado, o Estado assumiu em forma de leis as transgressões ao planejamento que, na prática, já aconteciam pontualmente.

6. Invasões populares

A criação de Goiânia atraiu para a cidade uma grande quantidade de pessoas provenientes de vários lugares do Brasil. Sem terem acesso a lotes regularizados, esses indivíduos ocuparam terras ilegalmente. O governo, então, percebeu a necessidade do parcelamento de terrenos, criando novos bairros. A velocidade com que tais bairros eram criados inviabilizou a implementação de infra-estrutura nos mesmos. As vias que levavam à Zona Central eram precárias e algumas delas foram construídas em lugares indevidos, como a que passava por dentro do Bosque do Botafogo. Além disso, não havia água encanada nos bairros recém construídos. O abastecimento era feito por meio de cisternas.

É possível constatar relação direta entre o crescimento populacional e o aumento do número de lotes. A população original de Goiânia aproximadamente triplicou nas décadas de 1950 e 1960, tendo ocorrido nessa mesma época o ponto máximo do parcelamento de terras.

Campinas, cidade que deu suporte a implementação de Goiânia, posteriormente foi incorporada como mais um bairro da nova capital, cujo projeto original foi, então, outra vez

alterado. Nas décadas de 1940 e 1950, esse novo bairro supria as demandas da construção civil de Goiânia, não apenas com a venda de produtos, mas também com o fornecimento de mão-de-obra.

A pressão pelos parcelamentos prosseguiu. Em decorrência disso, na década de 1970, foi aprovado um novo zoneamento, que permitiu a ocupação de terras anteriormente destinadas a serem mantidas livres. Dessa forma, a vista de áreas verdes a partir de determinados pontos da cidade foi obstruída pela construção de grandes prédios. O capital imobiliário mais uma vez prevaleceu em detrimento de uma adequada estrutura urbana em Goiânia.

Considerações finais

A partir da análise do contínuo processo de formação de Goiânia, é possível constatar que, ao longo do tempo, as cidades, mesmo as que foram planejadas, sofrem alterações quanto à forma e à função. Essas duas características não apenas diferenciam uma cidade da outra, como também o próprio meio interurbano, o qual expressa uma dinâmica sócio-espacial mais ampla na qual está inserido. Tendo em vista o contexto brasileiro, as cidades do país apresentam aspectos segregacionistas, os quais estão presentes em Goiânia, embora essa cidade tenha sido planejada. Na verdade, o próprio planejamento da nova capital de Goiás era essencialmente segregacionista, imagem que o Estado tentou mascarar fazendo uso de instrumentos ideológicos.

A segregação em Goiânia ganhou força devido à ação de grupos de pressão que atuaram no sentido de impor seus interesses em detrimento da possibilidade de apropriação do espaço urbano pelas camadas mais pobres da sociedade. Observa-se a conivência do Estado em relação a isso, o que permite constatar a significativa influência das elites na tomada de decisões políticas. O próprio Estado pode ser encarado como uma máquina composta por vários atores, os quais representam majoritariamente as aspirações de agentes hegemônicos, idéia facilmente perceptível ao analisarmos o processo de constituição da cidade de Goiânia.

Referências bibliográficas

Alves H (2005) Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. *R. bras. Est. Pop.* 23(1): 43-59. São Paulo. [Acedido em 16 de Junho de 2008]. <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a04.pdf>

Barreira, A, Deus, J. (2006). Goiânia – da utopia á construção do lugar. *Boletim Goiano de Geografia*. 26(1): 69-91. Goiânia.

Bernardes G (1998) Goiânia, cidade planejada / cidade vivida: discurso e cultura da modernidade. Tese de doutoramento, Universidade de Brasília, Brasília.

Bernardes J (2002) Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: Castro I, Gomes P (Orgs.) *Explorações geográficas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

Borges B (2000). A economia goiana na divisão regional do trabalho (1930-1960). In Silva L (org.) *Relações cidade – campo: fronteiras*. Editora da UFG, Goiânia.

Cassetti V (2002) Geomorfologia do Município de Goiânia. In Chaul N (ed.) *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Ed. UFG, Goiânia.

Cidade L (2005) Ideologia, imagem ambiental e organização do espaço urbano. *I Encontro Nacional da ANPEGE*, 6: 1-16. Fortaleza.

Corrêa R (1997) *Trajetórias geográficas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

Moser C (1998) The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. *World Development*. 26(1): 1-19. New York.

Moysés A (2004) *Goiânia: metrópole não planejada*. UCG, Goiânia.

Oliveira A (2005) A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. *Portal observatório das metrópoles*. [Acedido em 16 de Junho de 2008]. http://observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/go_cid_cap.pdf

Palacin L, Moraes M (1991) *História de Goiás*. Editora da UFG, Goiânia.

Pastore E (1984). Renda fundiária e parcelamento do solo: Goiânia (1933-1983). Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

Teixeira R, Ferreira A (2006) Cidade e território: mudanças e permanências no papel funcional da cidade potiguar. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. X 218 (16). Barcelona. [Acedido em 4 de Junho de 2008]. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-16.htm>

Villaça F (1998) *Espaço intra-urbano no Brasil*. Nobel, São Paulo.